



IDENTIDADE POLÍTICA, LITERATURA DE CORDEL E INTERDISCURSO

POLITICAL IDENTITY, CORDEL LITERATURE AND INTER-DISOURSE

Maria Silvia Olivi Louzada¹

UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul

Roberto Louzada²

UNESP- Universidade Estadual Paulista

RESUMO: Tomam-se como *corpora* três folhetos de literatura de cordel para discutir sobre os modos de construção do conceito de identidade política, sua relação com a memória social e discursiva, os discursos repetíveis, os deslizamentos e as subversões de sentido. A análise de discurso considera que a identidade é um movimento que se faz na história e que, por isso, dá-se entre unidade e dispersão: refere-se às posições do sujeito, as chamadas identidades de posicionamento, e às suas filiações aos interdiscursos. O suporte teórico respalda-se em autores, tais como Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau, Roberto DaMatta, Karina Kuschnir e Max Weber, que contribuem com reflexões pertinentes sobre o conceito de identidade política.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade política; literatura de cordel; interdiscurso.

ABSTRACT: Three papers of the cordel literature were taken as "corpora" in order to discuss about the ways of building the concept of political identity, its relation with the social and discursive memories, with the repeatable discourses, with the slides and with the subversions of the senses. The discourse analysis considers that the identity is a movement made in history and, therefore, between unity and dispersion: it refers to the positions of the subject, what is known as "identities of position", and its filiations to the inter-discourses. The theoretical support is based on authors such as Dominique Maingueneau, Roberto DaMatta, Karina Kuschnir and Max Weber who also contribute with pertinent considerations about the concept of political identity.

KEYWORDS: Political identity; cordel literature; inter-discourse.

¹ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Professora permanente do mestrado em Linguística da UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP. Endereços eletrônicos: maria.louzada@cruzeirodosul.edu.br ou msolouzada@uol.com.br.

² Bacharel em Ciências Sociais, Doutor em Educação Escolar. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Gestão de Clubes de Futebol (USP-RP e UNESP- FCAV) e Membro de Grupo de Pesquisa de Gestão de Instituições de Ensino (UNESP-FCLAr). Professor do Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Jaboticabal, Endereços eletrônicos: louzada@fcav.unesp.br ou roberto_louzada@uol.com.br.

Está escrito/no grande livro da sabedoria popular/
que primeiro se deve viver/que é pra depois poetar
(Ednardo)

1. Identidade política: alguns pressupostos

Para compreender o modo de constituição da identidade dos políticos brasileiros no imaginário popular, recorre-se, neste trabalho, a diferentes teóricos e respectivos conceitos. Assim, entende-se por político a esfera social na qual os homens atuam (ARENDRT, 2004) para “viver ‘para’ a política” e “viver ‘da’ política” (WEBER, 2005, p. 68). Utiliza-se, também, das pesquisas desenvolvidas pela antropologia da política, pois esta, de acordo com Kuschnir (2007, p. 33), “passa a concentrar-se não no isolamento dos temas e fenômenos, mas justamente no seu entrelaçamento”.

Dentre esses estudos, o conceito de “tempo da política” – desenvolvido por Moacir Palmeira (1998), para designar os períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte de sua vida social – será utilizado para entender as relações entre os políticos e os cidadãos que os elegem.

Toma-se, ainda, como pressuposto a ideia de que a sociedade brasileira se constitui em um sistema social que se equilibra entre duas unidades básicas, o indivíduo e a pessoa, sendo a primeira unidade o sujeito das leis universais que modernizam a sociedade e a segunda, o sujeito das relações sociais, que conduz ao polo tradicional do sistema. Com base nisso, Roberto DaMatta (1984, p. 95) apresenta a tese: “o dilema do brasileiro reside numa trágica oscilação entre o esqueleto nacional feito de leis universais [...] e as situações onde cada qual se salvava e se despachava como podia, utilizando para isto um sistema de relações pessoais”.

Os rituais da política tratam das relações dos políticos com os eleitores – “as ações dos eleitores são percebidas segundo as estruturas sociais e simbólicas que as circunscrevem e, atravessando diferentes unidades sociais, individuais ou não, incutindo-lhes significados” (KUSCHNIR, 2007, p. 33) – e da rede de relações que envolvem as pessoas que exercem atividades políticas, muitas vezes os protagonistas dos escândalos e casos de corrupção.

É parte da tradição antropológica estudar a dimensão política por meio dos rituais, cerimônias que reforçam e atualizam os papéis sociais. Nesse sentido, as eleições caracterizam-se como rituais que podem conferir a identidade de político aos candidatos, vistos pelos eleitores como aqueles que vivem “‘para’ a política” e “‘da’ política”, no sentido weberiano dessas duas classificações.

O significado das relações entre candidatos e eleitores só pode ser compreendido a partir do ponto de vista dos atores sociais envolvidos. Em uma análise sobre os comícios, Moacir Palmeira (1998) explica a oposição existente entre “os do palanque” ou “os de cima” e o “povo” ou “os de baixo”, a qual reflete as relações hierarquizadas da sociedade brasileira.

Já as pesquisas realizadas por Kuschnir (2000) sobre a distribuição de bens e serviços em locais de atendimento ou escritórios políticos apresentam os políticos como mediadores do acesso aos bens e serviços públicos e os eleitores como aqueles que não possuem esse acesso, por isso veem os políticos como os que podem intermediar suas demandas. Na perspectiva dos envolvidos nessa rede de relações, os “bens públicos” significam, do ponto de vista dos eleitores, recursos que podem ser mobilizados pelas elites

políticas; do ponto de vista dos políticos, trata-se de intermediar o acesso dos eleitores a esses bens e serviços para cumprir os compromissos assumidos durante a campanha.

Por outro lado, de acordo com Kuschnir (2007), o político “precisa de fortes laços com empresários ou grupos economicamente favorecidos que lhe deem dinheiro ou mercadorias demandadas pela comunidade”, o que lhe permite que estabeleça outras redes de relações com diferentes atores sociais, tais como outros políticos, financiadores de campanha, secretários de governo. Ter outras redes de relações reafirma a identidade do político como alguém que tem acesso ao poder e capacidade de fazer a intermediação entre os bens e serviços públicos e as demandas da população.

É evidente que, nessa linha de pesquisa, os eleitores e os políticos deixam de ser os seres abstratos das análises formalistas da democracia, indicando que há diferentes percepções e práticas da política e que cabe ao pesquisador considerá-las como concepções que ajudam a entender as ações dos atores envolvidos.

As redes de relações que o político estabelece com financiadores de campanha e grupos econômicos, quando olhadas sob um ponto de vista positivo, permitem construir a identidade de acesso ao poder, mas estão, em alguns casos, na origem dos casos possíveis de serem caracterizados como de corrupção.

A corrupção na política brasileira tem sido objeto de discussão em duas instâncias: no campo propriamente político e na instância midiática ou jornalística. No primeiro caso, é através de denúncias, promessas de investigações parlamentares (CPI)³ que os partidos e seus representantes têm-se posicionado em relação ao que se concebe como corrupção. No segundo, a mídia faz chegar ao conhecimento público, na forma de denúncia de casos e escândalos, práticas que são percebidas socialmente como corruptas e corruptoras (BEZERRA, 1994), o que pressupõe que os meios de comunicação devem contribuir para a vigilância e o controle das ações do Estado.

A rede de relações construídas com os agentes sociais que permite ao político atender as demandas das comunidades se constitui em um capital social,⁴ mas há um preço a ser pago, pois deve ser retribuído também com acesso ao poder público, na forma de alvarás, licenças, anistia de multas e outros benefícios diversos (KUSCHNIR, 2007).

Nesse sentido, ao procurar equilibrar-se entre o atendimento das demandas “dos de cima” e as “dos de baixo” do palanque, a identidade do político torna-se ambígua: pode ser vista como positiva, na medida em que esse se torna intermediário do acesso a bens e serviços públicos para as pessoas dos estratos inferiores da sociedade e que consegue benefícios do estado para os membros da sua rede de relações pessoais; no entanto o acesso aos bens do poder público destinado aos membros da sua rede de relacionamento, quando é percebido como prática socialmente corrupta, pode ser amplamente divulgado pela mídia como um escândalo político.

Como o tema corrupção, no Brasil, não tem recebido a devida atenção por parte das ciências sociais, sendo, na maioria das vezes, tratado pela mídia e, posteriormente, transformado em livros escritos por jornalistas, já se constitui, de acordo com Bezerra (1994), “numa espécie de gênero literário”. Assim, os políticos, no Brasil, tendem a ser identificados

³ No Brasil, o Congresso Nacional costuma instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar casos de corrupção política.

⁴ Capital social é entendido, no sentido proposto por Pierre Bourdieu (2005), como um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

apenas como aqueles que “vivem da política” o que contribui para a formação de uma identidade política de corruptos, conforme aponta BEZERRA (1994, p.3): “A verdade nestas situações que envolvem denúncias de corrupção é, sem dúvida, objeto de disputa entre os envolvidos. Estes constroem suas versões sobre os fatos e, utilizando-se dos recursos que lhes estão disponíveis de forma desigual (acesso à imprensa, editoras, pessoas etc.), procuram apresentá-las como verídicas”.

No caso examinado neste trabalho, acredita-se que a literatura de cordel alimenta-se diretamente do espetáculo midiático, constituindo-se uma prática discursiva literária que é parte da midiática da política e, portanto, também porta-voz da instância popular.

A seguir, busca-se expor brevemente alguns pressupostos da Análise do Discurso (AD) que também fundamentarão as análises dos *corpora* constituídos por uma série de três cordéis nordestinos em que se pretende examinar os modos como a literatura de cordel ressignifica o sentido de “ser político”, sua filiação ao interdiscurso, sua relação com a memória social e discursiva, os discursos repetíveis, os deslizamentos e as subversões de sentido, os processos discursivos que cristalizam determinados sentidos em detrimento de outros.

2. As noções de interdiscurso e posicionamento discursivo

Dominique Maingueneau (2006, p.34) postula o conceito de “discursos constituintes” – discursos que se agrupam em uma unidade consistente, em categorias tais como o político, o religioso, o filosófico, o literário, o científico etc. –: “dão sentido aos atos da coletividade, eles são os fiadores de múltiplos gêneros dos discursos”, são “zonas de falas em meio a outras e falas que pretendem preponderar sobre todas as outras”. O autor explica ainda que essa noção remete tanto ao processo pelo qual o discurso emerge no interdiscurso, como pelos modos como se organiza textualmente e discursivamente. Também enfatiza que os discursos constituintes:

[...] representam o mundo, mas suas enunciações são parte integrante desse mundo que eles representam, elas são inseparáveis da maneira pela qual geram sua própria emergência, o acontecimento da fala que elas instituem. [...] Na verdade, a enunciação se manifesta como dispositivo de legitimação do espaço de sua própria enunciação, a articulação de um texto e uma maneira de se inscrever no universo social. Recusamo-nos, assim, a dissociar, na constituição discursiva, as operações enunciativas pelas quais se institui o discurso, que constrói, assim, a legitimidade de seu posicionamento, e o modo da organização institucional que o discurso ao mesmo tempo pressupõe e estrutura. (MAINGUENEAU, 2006, p. 36).

Maingueneau (2006, p.34) ainda aponta que o discurso político “se situa na confluência dos discursos constituintes, sobre os quais se apoia e os múltiplos extratos da *doxa*⁵ da coletividade” para formular a opinião, a reputação e o que se diz das coisas e das pessoas.

Ao introduzir a noção de interdiscurso – é próprio de todo discurso relacionar-se de muitas maneiras com outros discursos –, Pêcheux (1990a) concebe que a ideologia se

⁵ *Doxa* corresponde a “sentido comum”, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais frequentemente, na sua formulação linguística corrente. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 176)

caracteriza pela heterogeneidade e que sua existência se dá pela contradição, pois uma formação discursiva é constitutivamente frequentada por seu outro. A posição que o sujeito ocupa em relação ao campo discursivo⁶ que frequenta e seus sistemas de valores definem uma identidade enunciativa e um lugar de produção discursiva.

Em um campo discursivo, “posicionamento” tanto pode definir uma “identidade enunciativa forte” como uma “identidade de fraca consistência doutrinal” (MAINGUENEAU, 2004, p. 392-393). No primeiro caso, posicionamento refere-se à especificidade de um lugar de produção discursiva como, por exemplo, um discurso político partidário de esquerda ou de direita, e, ambigualmente, ao mesmo tempo que “designa *sua própria identidade*, também “designa *as operações* pelas quais essa identidade enunciativa se instaura e se conserva num campo discursivo”. No segundo caso, situa entre os gêneros cuja identidade é de “fraca consistência doutrinal”, tanto um programa de televisão, como uma campanha publicitária, por exemplo. O cordel, acredita-se, também estaria situado entre esses últimos.

A noção de “inscrição” – um enunciado filia-se a uma rede de outros enunciados ou é rejeitado por eles – comporta necessariamente a dimensão midiológica dos enunciados, ou seja, o seu suporte e transporte. Desse modo, o suporte não é exterior ao discurso que veicula, mas o constitui, pois a atividade enunciativa implica tanto um conteúdo, como o modo de dizê-lo, além de implicar também um modo de veiculação dos enunciados que deve se coadunar com o modo de relação entre os homens.

Neste trabalho, elegeu-se para análise a literatura de cordel – poesia popular impressa em folhetos e vendida em feiras ou praças do nordeste –⁷ por considerá-la um objeto de reflexão especialmente singular sobre a problemática da vinculação e da representação literária da realidade.

No Brasil, o cordel floresceu e se mantém vivo até hoje na região nordeste como forma popular de comunicação, constituindo-se em uma espécie de voz coletiva.

No Nordeste, por condições sociais e culturais peculiares, foi possível o surgimento da *literatura de cordel*, da maneira como se tornou hoje em dia característica da própria fisionomia cultural da região. Fatores de formação social contribuíram para isso: a organização da sociedade patriarcal, o surgimento das manifestações messiânicas, o aparecimento de bandos de cangaceiros ou bandidos, as secas periódicas provocando

⁶ Maingueneau (2005, p.33-48) propõe substituir a noção de interdiscurso pela tríade – universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo –, pois, para ele, aquela noção é, de certa forma, vaga. Ao analista interessam principalmente as noções de campo discursivo – “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência” – e os espaços discursivos – “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação”.

⁷ Nelly Novaes Coelho explica que: “O cordel teve origem em Portugal, onde, por volta do séc. XVII, popularizaram-se as **folhas volantes** (ou **folhas soltas**) que eram vendidas por cegos nas feiras, ruas, praças ou em romarias, presas a um cordel ou barbante, para facilitar sua exposição aos interessados. Nessas **folhas volantes**, de impressão rudimentar, registravam-se fatos históricos, poesia, cenas de teatro (como o de Gil Vicente), anedotas ou novelas tradicionais, como *O Imperatriz Porcina*, *Princesa Magalona* ou *Carlos Magno*, textos que eram memorizados e cantados pelos cegos que os vendiam. Essas **folhas volantes** lusitanas, por sua vez, tiveram origem no grande caudal da Literatura Oral, tal como se arraigou na Península Ibérica, onde se formou o velho Romancelero peninsular. Desta fonte primeva, saíram inicialmente os *pliegos volantes* que circularam na Espanha desde fins do século XVI e, destes, as **folhas volantes** portuguesas. Ambas as formas tiveram, como antecessora, a *littérature de colportage*, pequenos libretos surgidos na França no início do séc. XVI, com popularização da imprensa. Eram folhetos impressos em papel de baixa qualidade, em cor cinza ou azul (daí o nome genérico de “Biblioteca Azul”). Seus textos eram velhos romances, cantigas, vidas edificantes, fatos históricos [...] recolhidos da tradição ora e bastante simplificados em sua redação”. (Disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/L/literatura_cordel.htm Acesso em 20 dez. 2008.

desequilíbrios econômicos e sociais, as lutas de família deram oportunidade, entre outros fatores, para que se verificasse o surgimento de grupos de cantadores, como instrumentos do pensamento coletivo e das manifestações de memória popular. [...] Se eram raras as obras impressas, vindas de Portugal ou dos centros mais adiantados do próprio Brasil, havia à mão os folhetos contando as velhas novelas populares, às vezes, histórias de santo também. Não foi difícil à *literatura de cordel* introduzir-se neste ambiente. Tornou-se o meio de comunicação, o elemento difundidor dos fatos ocorridos, servindo como que de jornal ao pôr a família ao corrente do que se passava: façanhas de cangaceiro, casos de rapto de moças, crimes, estragos da seca, efeitos das cheias, tanta coisa mais. (DIÉGUES JÚNIOR, 1973).

Manuel Diéguas Jr. (1973) classifica os cordéis em ciclos temáticos: a) temas tradicionais, tais como romances e novelas, contos maravilhosos, estórias de animais, anti-heróis/peripécias/diabruras e tradição religiosa; b) fatos circunstanciais ou acontecidos de natureza física ou de repercussão social, ocorridos na cidade; crítica e sátira; elemento humano; c) cantorias e pelejas, constituídas por desafios que dão origem a poemas orais.

Acredita-se que os folhetos selecionados para este trabalho pertencem ao segundo ciclo, pois tratam criticamente de acontecimentos políticos dos últimos anos (*A Palavra “Mensalão”*), ou constituem sátira à situação social e política contemporânea brasileira (*Salário mínimo é do povo o máximo é do deputado*), ou, ainda, fazem uma recriação literária de episódios sociais e políticos brasileiros (*Esculhambação no Inferno nesta última eleição*).

Por outro lado, Maingueneau (2001, p. 16) explica que enunciação literária não pode ser entendida como um intercâmbio linguístico ordinário, propriamente interlocutivo em virtude de ser “da essência da literatura de não pôr em contato o autor e o público senão através da instituição literária e de seus rituais. [...] o texto literário aparece como um ‘pseudo-enunciado’, que só comunica pervertendo as regras do intercâmbio linguístico”.

O autor adverte ainda que não cabe contemporaneamente uma visão romântica do texto literário, pois ele “não é uma ‘mensagem’ circulando da alma do autor à do leitor, mas um dispositivo ritualizado, no qual são distribuídos papéis” (MAINGUENEAU, 2001, p. 17). A cena enunciativa⁸ no cordel, portanto, tem dupla articulação: vincula-se fortemente aos contextos sociais e a um “jogo de relações internas ao próprio texto”.

3. Cordéis políticos e interdiscurso

Literatura de Cordel
É poesia popular,
É história contada em versos
Em estrofes a rimar,
Escrita em papel comum
Feita pra ler ou cantar.

A capa é em xilogravura,
Trabalho de artesanato,
Que esculpe em madeira
Um desenho com punção
Preparando a matriz
Pra fazer reprodução.

⁸ A noção de “cena enunciativa” é utilizada na Análise do Discurso para se referir à maneira pela qual o discurso constrói uma representação de sua própria situação. Assim, a encenação refere-se ao papel que o locutor, por meio de sua fala, escolhe para se dar e para atribuir a seu parceiro.

Mas pode ser um desenho,
Uma foto, uma pintura,
Cujo título, bem à mostra,
Resume a escritura.
É uma bela tradição,
Que exprime nossa cultura.
(Francisco Diniz)

Os *corpora* escolhidos para esta reflexão são três folhetos de cordel produzidos por autores paraibanos nos anos de 2005, 2006 e 2007, que tratam de temática social e política e de políticos brasileiros, retomando do interdiscurso sentidos produzidos e repetidos pelo senso comum e que têm, ao longo do tempo, perpetuado-se em muitas falas, tais como: “político é ladrão”, “rouba, mas faz”, “ser político é ser desonesto”, “político não trabalha”, “político é corrupto”, “fulano é corrupto, vive da política”, entre outras.

3.1 A Palavra “Mensalão”

O primeiro deles, datado de novembro de 2005, época em que o escândalo político conhecido como “Mensalão” estava sendo investigado pelo Congresso Nacional,⁹ tem como título *A Palavra “Mensalão”*, foi escrito por Vicente Campos Filho e ilustrado com xilogravura de Abraão Batista.

A representação pictórica do envolvimento dos partidos políticos no escândalo (Figura 1) se dá por meio de dois recursos: uma bandeira carregada por um personagem de paletó, gravata e cuecas e cujas siglas dos partidos (PT, PMDB, PTB, PFL, PSDB) referem-se aos deputados envolvidos no episódio.

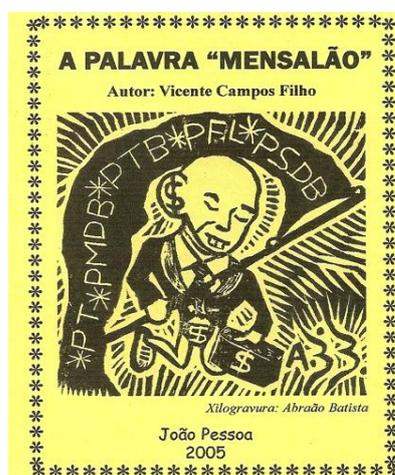


Figura 1 – Ilustração de capa

⁹ “Mensalão” foi um neologismo criado para nomear as propinas recebidas pelos deputados e ocupantes de cargos no governo, segundo as denúncias do deputado Roberto Jefferson, que deram origem a um escândalo político em 2005, envolvendo muitos deputados e partidos do Congresso Nacional. Trata-se de referência a uma suposta mesada paga a deputados de vários partidos para votarem a favor de projetos que interessavam ao Poder Executivo.

As vestes desse personagem fazem referência tanto à solenidade e à importância do cargo ocupado pelos deputados – paletó e gravata –, como às estratégias utilizadas para o transporte do dinheiro destinado ao pagamento das propinas naquela ocasião – a cueca e a sacola com cifrões fazem menção a um episódio lamentável em que um assessor parlamentar foi preso no aeroporto transportando dólares na cueca.¹⁰

Como se vê, a ilustração é francamente derrisória, o que já indica tratar o cordel de uma crítica política, o que se confirma no texto verbal do folheto.

Mensalão tem oito letras
Tem “**M**” de **malfeitores**
E a segunda letra é “**E**”
Da palavra **enganadores**
Tem o “**N**” de **nojentos**
“**S**” de **sanguinolentos**
Feito bichos predadores.

Imaginem que o resto
Só pode ser de **ladrão**
Que começa com o “**L**”
E é terminado com “**ão**”
Larápio também tem “**L**”
E o “**ão**” também está na pele
Da palavra **canastrão**.

Como se sabe, a derrisão é um procedimento discursivo em que se associam o humor e a agressividade, cujos efeitos são, em geral, a provocação, a ridicularização e a desqualificação do oponente, além da busca de cumplicidade e da manipulação dos coenunciadores. Tais efeitos podem ser obtidos por muitos meios: a zombaria, o gracejo, o trocadilho, os jogos de palavras, o uso de implícitos, a ironia, o neologismo, a antífrase, o sarcasmo entre outros (BONNAFOUS, 2003). No caso em tela, observe-se que, além das palavras ofensivas, o emprego do negrito acentua os efeitos derrisórios do discurso. A presença da jocosidade na exploração de fatos políticos é outra característica desse folheto.

A literatura, nesse caso, parece não ser apenas representação, mas aproxima-se do relato e comentário jornalístico sobre fatos verídicos da vida nacional, portanto também se aproxima do fazer próprio às ciências sociais, qual seja, o de entender e interpretar a realidade.

Segundo Evaristo (2000, p. 120), “o cordel absorveu algumas tendências da modernidade, entre elas a veiculação de informações: alguns fatos do cotidiano passam a constituir, muitas vezes, a sua temática”. Nos versos a seguir, evidencia-se a voz que relata e interpreta os acontecimentos políticos daquela época, expressando o pensamento da coletividade, a indignação do povo brasileiro.

A palavra ganhou rápido
Status na televisão
Jornal, rádio e fofocagem
No “Domingão do Faustão”
Por onde quer que se andava
Só se ouvia e se falava
Nesse tal de **mensalão**.

Também ficamos sabendo
Que além de cueca e mala
Vem em caixa de whisky
É isso que o povo fala
É o nosso bem suado
Que na mão de deputado
Vai virara traje de gala.

¹⁰ A citação aos dólares na cueca resgata o episódio da prisão, em julho de 2005, do assessor parlamentar José Adalberto Vieira da Silva, flagrado em um aeroporto de São Paulo com R\$ 200 mil em uma bolsa de viagem e US\$ 100 mil presos ao corpo. Adalberto trabalhava para o deputado estadual do Ceará José Nobre Guimarães (PT), irmão do então presidente do PT, José Genoíno.

Foi difícil descobrir
De onde vem o dinheiro
Hoje temos a certeza
Vem daqui e do estrangeiro
Circula em mala e cueca
Tem até um “Marcos Careca”
Sorrindo do brasileiro.

Foi grande a indignação
Do Oiapoque ao Xuí
Nossa nação brasileira
Acostumada a ouvir
Tudo sobre corrupção
E agora a população
Deixou o queixo cair.

Recorrendo à fabulação em que pai e filho conversam sobre o “mensalão”, esse folheto de cordel é também demonstrativo da hierarquização da sociedade brasileira: de um lado, os políticos, os que “vivem da política”; de outro, a instância cidadã,¹¹ os de “fora do palanque”, uma população que tem, nesse caso, um porta-voz de seu parecer sobre os políticos corruptos e a situação política do país.

Pode-se observar, nesse folheto de cordel, as relações entre os políticos e os cidadãos que os elegeram (PALMEIRA, 1998), visto que se refere a um “tempo da política”, um episódio em que a população percebe a política e os políticos como parte de sua vida social.

Um garotinho esperto
Assiste à televisão
Depois do noticiário
Pergunta de supetão
A seu pai que está do lado
Assim, meio aperreado
Com um monte de prestação.

... Faltando comer na mesa
De muitos desempregados
E o dinheiro só cai
Na conta dos deputados
Eles ganham bons salários
E ainda tem uns salafários
Que são mal acostumados...

“Pai...O que é mensalão?”
Pergunta assim bem ligeiro
E o pai vai e lhe responde:
“É o racha do dinheiro
Que nós manda pra Brasília
Depois que pega uma trilha
Vai pará no estrangeiro...
[...]

... Só votam alguma coisa
Se o dinheiro vai na frente
Não importa se o projeto
Melhora a vida da gente
Se ninguém molhar a mão
Se não for com **mensalão**
Ficam assim, indiferentes...

Retoma-se, interdiscursivamente, a noção segundo a qual o brasileiro é um povo gentil, manso, cordial (HOLANDA, 1984) para contrapô-la aos abusos dos políticos que historicamente saqueiam o país em nome de sua pretensa autoridade e *status* social.

¹¹ Charaudeau (2005) distingue duas instâncias: a “instância política”, propriamente dita, que assume a ação política, um lugar ocupado pelos políticos eleitos; a “instância cidadã”, o povo responsável pela escolha dos representantes do poder. Explica, ainda, que a instância política chega ao poder e nele se mantém a depender de um jogo de forças que podem ameaçá-la tanto fisicamente, como institucionalmente ou simbolicamente. Entre essas últimas, figuram as mídias, espécies de representantes da instância cidadã, que reivindicam a “verdade dos fatos” ao mesmo tempo em que podem propor a renúncia de um político ao cargo que ocupa em virtude das mentiras, falcatuas e corrupção.

... É a alegria do corrupto
É a desgraça do Brasil
São salafriários mamando
Nos peitos da “Mãe Gentil”
Nossa nação ser roubada
De maneira esculhambada
Como aqui sempre se viu.

A resposta desse pai
Mostrando-se insatisfeito
Muitos concordam com ela
Provando assim desse jeito
Que o brasileiro é decente
Que a maioria da gente
Tem bom coração no peito.

É interessante notar, nesses versos, os processos discursivos que cristalizam determinado sentido em detrimento de outros, ou seja, o recurso ao interdiscurso (“mamando nos peitos da ‘Mãe Gentil’”) e o emprego lexical (“como aqui **sempre** se viu”) postulam, historicamente, a identidade do político brasileiro ligando-a um modo corrupto de fazer política – “viver ‘da’ política” –, mas, apesar disso, também se propõe o povo como “decente” e de “bom coração no peito”.

3.2 Salário mínimo é do povo, o máximo é do deputado

O folheto de cordel que a seguir se examina foi escrito e ilustrado por Vicente Campos Filho, em 2006, e, mais uma vez, marca a distinção entre as instâncias política e a cidadã desde o título – *Salário mínimo é do povo, o máximo é do deputado*.

A ilustração da capa (Figura 2) é feita com cifrões, moedas e notas que representam as diferenças salariais entre o povo e o grupo político que detém o poder de legislar sobre a matéria, este representado por um desenho do Congresso Nacional, envolto em um cifrão, sugerindo uma interpretação – a corrupção política presente no Brasil – que extrapola a discrepância salarial tematizada no folheto.

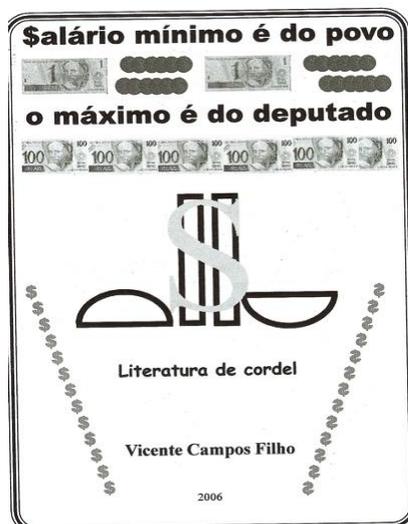


Figura 2 – Ilustração da capa

A hierarquia presente nas relações entre candidato e eleitor (PALMEIRA, 1998) evidencia-se na oposição “salário mínimo”/“salário máximo” que, por sua vez, representa a oposição entre “os de baixo do palanque” e “os de cima do palanque”.

Evidencia-se, nesse folheto, o modo como a literatura de cordel ressignifica o sentido de “ser político”, os processos discursivos que cristalizam determinados sentidos em

detrimento de outros. Retoma-se interdiscursivamente um modo de ser e de fazer política no Brasil marcado por traços de canalhice, de desonestidade, de corrupção entre outros.

Todo ano é a mesma coisa	Ainda por cima falam
No final de fevereiro	Ninguém queira duvidar
Os deputados da gente	Que precisam ganhar mais
Anunciam ao povo inteiro	Pois desse jeito não dá
Que as férias acabaram	Vão aumentar o salário
Três meses já se passaram	Sem ter pena do erário
O tempo passa ligeiro.	Porque precisam enricar.

Há passagens nesse folheto de cordel em que fica explícita a relação dessa literatura popular com a realidade e com a mídia que veicula periodicamente mensagens dos políticos. É evidente o sentimento de indignação popular presente nesses versos de que o locutor é o porta-voz, pois fala do lugar da denúncia tal como a mídia, configurando-se como uma instância cidadã.

Aumento pra deputado	“Companheiros do Brasil
Tem sempre uma explicação	Estou aqui pra falar
É preciso estar tranquilo	Que o seu salário mínimo
Pra fazer legislação	Acabei de aumentar
Não podem estar devendo	Comprar fiado já pode
E as leis vão escrevendo	Corra, vá comprar o bode
Pra conduzir a nação.	Que o dinheiro vai dar...
Já, com o salário mínimo	...sabemos que não é muito
Isso é muito complicado	Mas é o que pude fazer”
Botam na ponta do lápis	E com esse blá-blá-blá
Estica e puxa um bocado	Tenta a todos convencer
Depois vai o presidente	Fala manso pro povão
Falando pra toda gente	Pra na próxima eleição
Fazer um comunicado:	Novamente se eleger.

3.3 Esculhambação no Inferno nesta última eleição

Outro folheto de cordel – *Esculhambação no Inferno nesta última eleição* –, de João Bosco Dias, ilustrado por Vicente Campos Filho, datado de 2007, recria literariamente as eleições e seus desdobramentos, sob um enfoque grotesco, em que seres humanos, animais excepcionais, monstros e seres fantásticos parecem habitar o imaginário dos autores e dos povos.

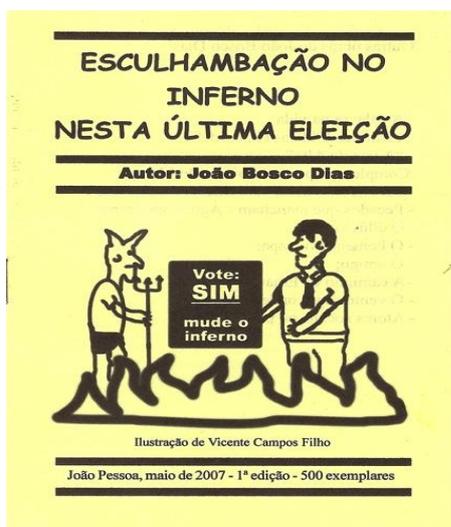


Figura 3 – Ilustração da capa

A ilustração na capa (Figura 3) do folheto representa um pleito eleitoral que se dá no inferno, metáfora de um país corroído pela trapaça e pela corrupção política.

A recriação literária, no entanto, toma como base acontecimentos comuns à vida brasileira, tais como a violência e o tráfico de drogas nos morros cariocas. Conta-se que um advogado a serviço de traficantes morre e vai parar no inferno. Tempos depois, propõe um plebiscito para alterar a rotina infernal.

Eu fui morador do Rio
Da favela do quiabo
Um defensor de quadrilhas
De cujo fato me gabo
O temido e respeitado
Advogado do diabo

Certa vez numa disputa
Por venda de cocaína
Uma quadrilha rival
Causou a minha ruína
Mandou-me para o inferno
Com um tiro de carabina

Esse folheto de cordel retoma interdiscursivamente vários episódios da vida política nacional, tais como o a corrupção de juízes que vendiam sentenças que favoreciam políticos, bandidos e quadrilhas.

Com todo esse elenco
Formamos uma comissão
Fomos ao Juiz “Sentença”
Pedir uma eleição
Para manter o inferno
Sob nova direção

Marcou 1º de Abril
A data da Eleição
Fui às praças, fiz comícios
Fui ao rádio e a televisão
Disse que o inferno estava
Na maior esculhambação

“Sentença” baixou as normas
Publicou o Edital
“Você deseja mudar
A rotina Infernal?”

A podridão está grande
Aqui tudo cheira mal
Fogo e enxofre estão faltando
É um desleixo infernal

Responda: “sim ou não”
Em Referendo Nacional

Aqui só está perdendo
Para o Congresso Nacional

Esse folheto de cordel também retoma outros e muitos episódios de corrupção política dos anos 1990 e 2000 – o “mensalão”, as “sanguessugas”, “a máfia dos bingos”, o “valerioduto”, “os anões do orçamento” entre outros – e os trata irônica e satiricamente, fazendo o sentido deslizar para outra interpretação.

Mas as regras vão mudar
Eu dizia com convicção
Prometi levar pra lá
O “Dossiê do Mensalão”
Para melhorar a vida
Da grande população.

Caça-níqueis eu prometi
Que levava de carreta
Com Juiz e com o Ministro
E Delegado picareta
Com liminar favorável
Pra coisa não ficar preta

Prometi que levaria
As “Sanguessugas” também
Ambulâncias e comissões
Coisas que ali não tem
E isto só no começo
Pois eu iria muito além

Faria um “Diabo-duto”
Para o dinheiro escoar
Cuecas com os bolsões
Para os dólares carregar
Várias empresas fantasmas
Para o dinheiro lavar

Para os diabos estrangeiros
Apelidados de “Gringos”
Vou importar do Brasil
A grande máfia dos bingos
Para que possam alegrar
As suas tardes de domingo

A máfia do orçamento
Eu chamava com certeza
Junto com os seus “Anões”
Gigantes na safadeza
Que faz sumir o dinheiro
Com a maior ligeireza

Ao que parece, esses escândalos constituiriam a identidade política brasileira, um modo de fazer política e de ser político no Brasil, um estereótipo que tem lugar no interdiscurso. No entanto percebe-se, nos versos anteriores, que o sentido de “corrupção” desliza euforicamente, ao propagar-se essa plataforma política como aquela que poderia angariar votos para o candidato à substituição de Lúcifer, aquele que comanda o inferno.

Courtine (2006, p. 91-92) explica que:

Se o discurso é um lugar de memória, é porque ele traz o vestígio – inscrito nas suas formas – das flutuações e das contingências de uma estratégia: a impressão sedimentada de uma história, de suas continuidades e de suas rupturas. Fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado.

Esse folheto de cordel é exemplar dos chamados rituais da política (KUSCHNIR, 2007), especialmente as eleições que colocam em cena as relações dos políticos com os eleitores e daqueles com a rede de relações políticas, que os fazem protagonizar episódios escandalosos e casos de corrupção. É o ritual próprio às eleições que confere aos candidatos a identidade de político, ou seja, é por meio desse ritual que os candidatos se identificam com a posição dos que vivem “para” a política ou “da” política (WEBER, 2005), em outras palavras, com um modo de ser político e de fazer política.

Kuschnir (2000), como se viu na introdução deste trabalho, apresenta os políticos como mediadores do acesso dos eleitores aos bens e serviços públicos por meio de distribuição de “prêmios” de todo tipo. Segundo a autora, para cumprirem seus compromissos de campanha, os políticos estabelecem laços que dão sustentação econômica às suas pretensões, por isso se aliam a empresários e/ou grupos econômicos que lhes forneçam dinheiro ou mercadorias a serem distribuídas pela comunidade de eleitores; assim fazendo, os políticos apresentam-se como aqueles que têm acesso ao poder.

Considerações finais

Segundo Almeida (2007, p. 109), que recentemente mapeou as peculiaridades e traços da identidade dos brasileiros, “a corrupção não é um fenômeno circunscrito a uma elite política perversa e sem ética, mas revela valores fortemente arraigados na população brasileira. A elite política [...] emerge da população pelo voto, mas também tem que prestar contas a ela”.

Entende-se, pois, que os folhetos de cordel em geral e aqueles que aqui se tomaram como objetos de reflexão marcam discursivamente o posicionamento político da instância cidadã, uma voz coletiva que se projeta como uma identidade enunciativa e um lugar de produção discursiva.

O cordel político situa-se no interdiscurso, inscrevendo-se em um lugar de enunciação ocupado pela instância cidadã. Conforme Pêcheux (1990b, p.17) já sublinhara:

O porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Finalmente, as reflexões aqui realizadas evidenciaram a complexidade das relações entre as ciências sociais e a literatura, neste caso, respectivamente, discurso político e literatura popular. Buscou-se analisar o modo de representação próprio a esses campos do conhecimento, sua vinculação com a realidade circundante, evidenciando-se as relações de forças entre uma “instância política”, que assume a ação política propriamente dita, e uma “instância cidadã”, responsável pela escolha dos representantes do poder.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- ARENDDT, H. **O que é Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>

BEZERRA, M. O. **Bases sociais da corrupção no Brasil**. Palestra proferida no Departamento de Antropologia da UnB em novembro de 1993. Disponível em: < www.unb.br/ics/serie161 >. Acesso em: 26 dez. 2008.

BONNAFOUS, S. “Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen”. In GREGOLIN, M. R. (Org.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p.35-48.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. IN: BOURDIEU, P. **Escritos sobre a educação**. Petrópolis, Vozes, 2005.

CAMPOS FILHO, V. **A Palavra “Mensalão”**. Xilogravura de Abraão Batista. João Pessoa – PB, 2005.

_____. **Salário mínimo é do povo o máximo é do deputado**. João Pessoa –PB, 2006.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2005.

COELHO, N.N. **Verbetes – Cordel**. Disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/L/literatura_cordel.htm. Acesso em 20 dez. 2008.

COURTINE, J-J. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Tradução de Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DIAS, J.B. **Esculhanbação no inferno nesta última eleição**. Ilustração de Vicente Campos Filho. 1ª. ed. João Pessoa, maio de 2007.

DIÈGUES JR, Manuel. A Literatura de Cordel no Nordeste, in **Literatura Popular em verso**, 2 vol., Rio de Janeiro: Mec/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

DINIZ, F. **Projeto Cordel**. Disponível em: <http://literaturadecordel.vila.bol.com.br> . Acesso em 29 out. 2008.

EVARISTO, M.C. O cordel em sala de aula. In BRANDÃO, H.N. (Coordenadora) **Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção aprender e ensinar com textos; v. 5).

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 18ª. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

KUSCHNIR, K. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba PR: Criar Edições, 2005.

_____. **Cenas da Enunciação**. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva (Orgs.). Curitiba PR: Criar Edições, 2006.

_____. **Elementos de lingüística para o texto literário**. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PALMEIRA, M. **Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral**. São Paulo: Annablume, 1998.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HARK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990a.

_____. **O Discurso** – estrutura ou acontecimento. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990b.

PELLEGRINI FILHO, A. **Literatura de Cordel continua viva no Brasil**. Disponível em <http://www.bahai.org.br/cordel/viva.html>. Acesso em 10 dez. 2008.

WEBER. M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo, Martin Claret, 2005.

Recebido em: 16/07/11
Aprovado em: 14/10/11